

Raiva em animais silvestres

Rabies in wild animals

Instituto Pasteur. Coordenadoria de Controle de Doenças. Secretaria de Estado da Saúde. São Paulo, Brasil.

A raiva é uma zoonose viral transmitida aos humanos principalmente por meio da mordida de animais infectados. Devido à implantação de programas de controle e adequadas medidas de vigilância epidemiológica, o Estado de São Paulo não registra casos de raiva canina associada à variante 2, característica de cães domésticos, desde 1998. Porém, no estado de São Paulo, há relato de circulação da variante 3, característica de morcegos. O último caso de transmissão da raiva por cães para humanos no estado de São Paulo ocorreu em 1996 e, em cães, em 1997. Desde então ocorrem casos esporádicos de raiva transmitida por morcegos.

A Ilha Anchieta está localizada em Ubatuba, litoral Norte de SP e abriga o Parque

Estadual homônimo (Figura 1). No final de dezembro/2019 e início de janeiro/2020, profissionais da Fundação Florestal, que realizam monitoramento contínuo no parque, atentos a sinais e sintomas de adoecimento dos animais que nele habitam, verificaram o aparecimento dos animais doentes/mortos e, com apoio do centro de zoonoses de Ubatuba/SP e do Instituto Argonauta, coletaram material dos animais encontrados mortos e para diagnóstico de raiva no Instituto Pasteur, referência nacional para ações de vigilância e controle da raiva. Das amostras enviadas, foram confirmados resultados positivos para a raiva silvestre em três capivaras infectadas por morcegos.



Figura 1. Costa do litoral norte, localizando Ubatuba e ilha Anchieta, estado de São Paulo

Após a confirmação do primeiro caso, ações de vigilância foram realizadas como reuniões e visitas ao parque da Secretaria de Saúde Municipal de Ubatuba (Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária e Vigilância Ambiental) e vacinação dos funcionários do PEIA e da obra que está sendo realizada nas instalações do PEIA.

No dia cinco de fevereiro de 2020, no Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA), foi realizada visita técnica à Ilha Anchieta, com equipe multidisciplinar vinculada ao Comitê Estadual de Vigilância e Controle da Raiva, composto pelas Secretarias de Estado da Saúde, Infraestrutura e Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento e da Divisão de Vigilância em Zoonoses do município de São Paulo. As equipes de saúde do Grupo de Vigilância Epidemiológica (GVE) de Caraguatatuba seguem monitorando o local e não há casos de pessoas infectadas.

O local, repleto de vegetação, é ponto turístico e também moradia para animais silvestres e insetos diversos. Aqueles que programaram passeio à Ilha neste feriado, precisam estar vacinados contra a febre amarela pelo menos dez dias antes da visita e, além disso, não devem alimentar nem acariciar ou tocar os animais que ali residem, como macacos, capivaras, saguis e outros. Esses animais também não devem ser mortos ou feridos, pois são protegidos pela legislação nacional.

Essa medida evita a transmissão de doenças como a raiva, que pode atingir mamíferos, incluindo seres humanos. A transmissão ocorre por meio de mordida, arranhão, lambedura etc. de animais infectados, inclusive morcegos. Caso o visitante encontre algum animal morto, ferido ou caído, a recomendação é não se aproximar e avisar imediatamente a equipe do parque. Os animais infectados, em geral, apresentam sinais neurológicos como dificuldade de locomoção, ou, no caso dos morcegos, voo baixo ou queda à luz do dia.

A administração do Parque Estadual Ilha Anchieta intensificou as orientações de prevenção contra raiva, inclusive com cartazes informativos no local após a confirmação de óbito pela doença em três capivaras.

Não há risco de raiva para humanos que visitarem a Ilha Anchieta, desde que as medidas preventivas sejam seguidas. Se houver contato com mamíferos é fundamental procurar o serviço de saúde mais próximo.

“As medidas preventivas devem ser seguidas corretamente e não há motivo para pânico. Trabalhamos com o conceito de ‘saúde única’, ou seja: com um olhar integrado para a saúde das pessoas e dos animais, que devem ser preservados”, explica a diretora do Instituto Pasteur, Luciana Hardt.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde: volume único [recurso eletrônico]. 3a. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 740 p.:il.
-
-